

Condenado a CRESCER POUCO

VICENTE NUNES
DA EQUIPE DO CORREIO

Osentimento de frustração que está entalado na garganta dos brasileiros diante do fraco desempenho da economia em 2005 vai perdurar pelo menos nos próximos dois anos. Ainda que todas as projeções apontem para expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em 2006 e 2007, são pequenas as chances de o crescimento superar os 3,5%. E as travas que afastam o Brasil do mundo — que vive seu melhor momento em 30 anos —, vão muito além dos juros altos e das baixas cotações do dólar. O país sofre de um problema maior: a falta de determinação política para promover mudanças estruturais que levem a maior economia da América Latina a registrar taxas anuais superiores a 5% — a única forma de reduzir a mais perversa concentração de renda do planeta.

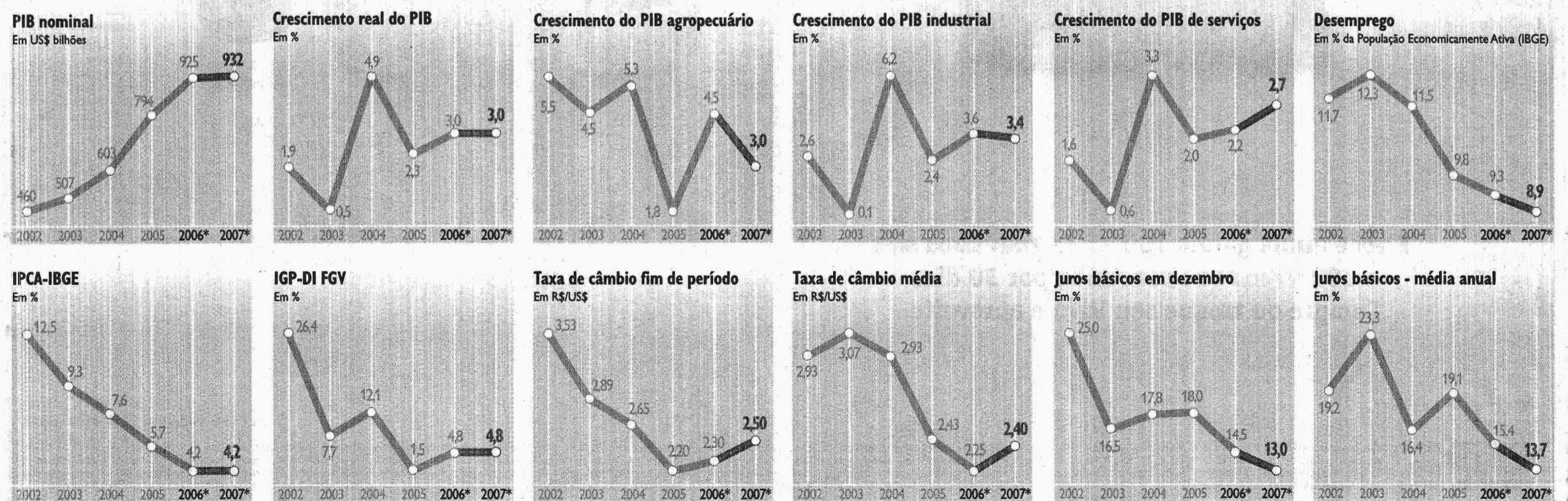
Para mostrar o longo caminho a ser percorrido pelo Brasil rumo ao que deseja toda a sociedade, o Correio Braziliense publica, a partir de hoje, uma série de reportagens nas quais destaca a urgência das reformas constitucionais, indo além do curto-prazismo que interditou as discussões sobre o país. Se depender do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, a agenda está pronta. As mudanças devem começar por ampla revisão dos gastos públicos. É fato que o Brasil gasta muito e mal. Todo o aumento de arrecadação, que transfere renda do setor produtivo para os cofres do Tesouro Nacional, está sendo usado para cobrir a elevação das despesas correntes, cujo incremento é de 8% ao ano acima da inflação. Isso significa que, a cada 10 anos, essas despesas dobram de tamanho, tirando a capacidade do país de investir em infra-estrutura e educação, sem as quais não há como se falar em crescimento sustentado.

O quadro fiscal é tão dramático que, apesar de todo o arrocho imposto pelo governo para fazer os superávits primários recordes, usados para quitar os juros da dívida pública, o rombo anual no caixa do Tesouro gira em torno de 3% do PIB. Ou seja, para cobrir esse buraco, algo como R\$ 60 bilhões, a União tem de emitir títulos, que aumentam ainda mais a dívida pública, um monstro que sugará este ano quase R\$ 160 bilhões em juros e que representa 51% de toda a riqueza produzida pelo país. "É essa estrutura insustentável que obriga o Brasil a ostentar uma das maiores cargas tributárias do planeta, de 36% do PIB, travando os investimentos produtivos", diz o economista-chefe da Sulamérica Investimentos, Newton Rosa.

Barreiras

A incapacidade do Brasil de encarar esse problema estimulam os ratos argumentos que empurram a culpa de todas as limitações do crescimento para cima do Banco Central. "É muito fácil dizer que o país não cresce porque os juros estão altos, devido à mão pesada do Comitê de Política Monetária (Copom)", afirma o economista-chefe do Banco ABC Brasil.

OS ALTOS E...



OS RISCOS QUE ATORMENTAM

- Redução abrupta da liquidez internacional, diante de um forte aumento das taxas de juros nos Estados Unidos
 - Retração significativa das exportações devido a uma forte queda dos preços do dólar
 - Desconfiança de consumidores e empresários quanto ao futuro do país, inibindo o PIB
 - Alta acentuada da inflação, interrompendo o ciclo de baixa das taxas de juros
 - Aumento expressivo dos gastos públicos em função de um elevado reajuste do salário mínimo
 - Mudança de comando no Ministério da Fazenda para alterações na política econômica
 - Possibilidade forte de um candidato populista chegar ao segundo turno das eleições de 2006

**PARA UMA TRAVESSIA
MAIS TRANQUILA**

- Manutenção do preço do dólar próximo de R\$ 2,20 por um tempo mais prolongado, ampliando o espaço para o corte dos juros
 - Redução dos preços dos combustíveis, empurrando a inflação ladeira abaixo
 - Elevação dos saldos da balança comercial, permitindo ao Banco Central acelerar a recomposição das reservas cambiais
 - Superávits primários próximos de 5% do PIB ao ano, indicando clara opção pela atual política econômica, mesmo em eventual segundo mandato de Lula
 - Redução de juros estimula a atividade econômica mais do que o esperado, sem causar pressão inflacionária

Luís Otávio de Sousa Leal. Os juros são elevados, acrescenta, porque o país não consegue equilibrar suas contas. Com o endividamento tão expressivo do setor público, os investidores cobram caro para financiá-lo, pois temem o calote. Se houvesse uma melhor gestão das despesas, se os gastos diminuíssem, a confiança no governo aumentaria. Os juros poderiam, então, cair, abrindo espaço para a redu-

ção da carga tributária, que incentivaria as empresas a investirem, impulsionando o emprego, a renda e, consequentemente, toda a economia.

Esse quadro também permitiria ao setor público retomar os investimentos produtivos. Com isso, o país destravaría muitos gargalos, como a má conservação das estradas e a ineficiência dos portos, aumentando a competitividade. "Tudo está amarrado", diz o economista.

rado. À medida que os problemas que limitam o Brasil forem atacados, os efeitos se multiplicarão", ressalta o economista Nuno Câmara, do banco alemão Dresdner Kleinwort Wasserstein. Ele diz que a tendência dos juros é de queda. As estimativas indicam que a taxa Selic, atualmente em 18% ao ano, encerrará 2006 perto dos 14%. Essa redução pode até ajudar o Brasil a crescer bem mais do que os 3% ou 3,5% esperados no ano que vem, quando o presidente Lula tentará a reeleição. O problema é que, no ano seguinte, o BC terá de aumentar os juros novamente. Será a repetição do que ocorreu entre 2004 e 2005, quando o crescimento caiu de 4,9% para 2,3%.

A triste previsão de Câmara não é pessimista. São as limitações que o Brasil enfrenta que o destinam a esses altos e baixos. Como os investimentos do governo e do setor privado são baixos (em torno de 20% do PIB, quando deveriam ser de, no mínimo, 25%), o consumo não pode aumentar demais, pois o país corre o risco de ficar sem mercadorias. Vem a inflação. Justamente o que levou o BC a forçar a mão nos juros neste ano. "Infelizmente, com as reformas deixadas de lado, vamos sendo condenados ao atraso", sentencia o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes.

Dois brasis

O quadro só não é mais desalentador, acrescenta Ricardo Amorim, chefe, em Nova York, do Departamento de Pesquisas para a América Latina do Banco WestLB, graças ao formidável crescimento da economia mundial. Diante de tanta prosperidade, o país está exportando como nunca e a sobra de recursos circulando pelo sistema financeiro internacional ajuda a manter os preços do dólar em baixa, reduzindo as pressões inflacionárias. Além disso, o país pôde ajustar as contas externas. As reservas cambiais líquidas, que descontam os empréstimos feitos pelo Fundo Monetário Internacional, fecharão 2005 em US\$ 54,9 bilhões, saltando para US\$ 74,4 bilhões no ano seguinte e para US\$ 86,4 bilhões em 2007. Para os leigos, isso significa dizer que o Brasil está muito mais forte para enfrentar qualquer turbulência que venha de fora.

“Existem, hoje, dois brasis. Um, espetacular, do lado externo. Outro, muito problemático, do lado interno. E é nesse último onde residem todas as dificuldades que impedem a economia de decolar de forma tranquila”, afirma o economista-chefe da Gap Asset Management, Alexandre Maia. “Não podemos mais ficar de braços cruzados. A população precisa se mobilizar para exigir dos políticos que promovam as mudanças necessárias para elevar o Brasil de patamar”, emenda o professor Roberto Piscitelli, da Universidade Federal de Brasília (UnB). Todos os países que cortaram gastos públicos, priorizaram a eficiência da máquina governamental, investiram em educação e infra-estrutura e combatem com vigor o atraso no sistema Judiciário crescem hoje a taxas entre 6% e 8% ao ano. São os casos da Irlanda e do Chile.